

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.245 - GO (2019/0228337-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - GO051175A**
 : **LETÍCIA RODRIGUES ROCHA - GO039774**
AGRAVADO : **DIEGO BURGO MALLO**
ADVOGADO : **LACORDAIRE GUIMARÃES DE OLIVEIRA - GO008269**
ADVOGADA : **CÉLIA APARECIDA GUIMARÃES OLIVEIRA - GO016836**
AGRAVADO : **OI S.A**
ADVOGADOS : **DIÓGENES MORTOZA DA CUNHA - GO002395**
 : **SCHEILLA DE ALMEIDA MORTOZA - GO011361**
 : **EDNA MARIA DA SILVA - GO018543**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. TEORIA DA ASSERTÇÃO. PRELIMINAR AFASTADA. 1. Na hipótese, infere-se do teor da peça inicial que a causa de pedir está relacionada ao acidente ocorrido entre veículo de propriedade do demandante e cabeamento telefônico instalado na estrutura da rede elétrica mantida pela concessionária de energia, evidenciada, pois, a pertinência subjetiva das partes rés com a relação jurídica material afirmada pelo autor, em conformidade com a teoria da asserção, impondo-se, pois, rechaçar a preliminar de ilegitimidade passiva sustentada. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. 2. O regime de responsabilidade civil aplicado às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço é objetivo, independente, portanto, de culpa, porquanto orienta-se pela teoria do risco administrativo, somente sendo excluído ou atenuado o dever de ressarcimento se o ente público provar que o evento lesivo foi provocado por culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, caso fortuito ou força maior, consoante prevê o art. 37, § 6º, da Constituição Federal. DEVER DE INDENIZAR. PRESSUPOSTOS. ÔNUS DA PROVA. 3. O suporte documental colacionado aos autos pela parte autora evidencia, de forma incontroversa, a ocorrência da falha na prestação dos serviços pelas concessionárias rés quanto aos deveres de zelo e manutenção na infraestrutura da rede elétrica e de telefonia, os prejuízos materiais suportados pelo autor e o respectivo nexo de causalidade entre ambos. 4. Em conclusão, não tendo as demandadas se desincumbido do ônus de comprovar quaisquer fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da pretensão exposta ou a ocorrência de qualquer das excludentes

de sua responsabilidade, resta caracterizado seu dever de indenizar. DANOS MATERIAIS. COMPROVAÇÃO. 5. A respeito dos danos materiais, extrai-se que o conjunto documental coligido aos autos evidencia, de forma suficiente, o efetivo dano patrimonial (danos emergentes) experimentado pelo demandante. Inteligência do art. 373, I, do CPC/15. DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO À INTEGRIDADE FÍSICA. ABALO ANÍMICO PRESUMIDO EM FUNÇÃO DA DOR SOFRIDA POR OCASIÃO DO ACIDENTE E DAS CONSEQUÊNCIAS DELE ADVINDAS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 6. Em caso de acidente com ofensa à integridade física da vítima, há dano moral puro (in re ipsa), isto é, decorre do próprio fato lesivo e de sua gravidade, posto que inerente à ofensa perpetrada. Precedentes. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. 7. Analisadas as peculiaridades do caso em análise, nota-se que o valor arbitrado (R\$ 20.000,00 a título de danos morais) está em consonância com os aspectos da lide, dentre os quais, a conduta lesiva, a extensão do dano, a capacidade financeira das ofensoras, os caracteres inibitório e pedagógico da condenação, assim como os postulados da razoabilidade e proporcionalidade, diante do que impõe-se manter o montante indenizatório arbitrado. RECURSO ADESIVO. LUCROS CESSANTES. COMPROVAÇÃO. MONTANTE A SER FIXADO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 8. Com fulcro no princípio da reparação integral dos danos (art. 402 do CC), infere-se dos autos que o pleito concernente aos lucros cessantes está devidamente embasado na realidade fática comprovada a ensejar o acolhimento do pedido reparatório, cujo quantum deverá ser aferido em posterior fase de liquidação do julgado, em conformidade com os parâmetros aptos a apurar o rendimento mensal médio do requerente com a atividade econômica que habitualmente exercia antes do acidente descrito. Precedentes do STJ e desta Corte. 9. APELOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 125 e 373, inciso II, do CPC de 2015; 186, 393 e 927, do CC; 6º, 10, 12, § 3º, inciso III e 14, § 3º, inciso II e 22, do CDC.

Defende não haver nexo causal entre a conduta do agente e o dano sofrido pela vítima. Aduz que "não se há imputar à Concessionária Recorrente o encargo atinente à responsabilidade pelas perdas sofridas - fato atribuível a terceiro".

E continua:

De forma que restou demonstrado nos autos que a Concessionária de Energia não possui nenhuma responsabilidade no caso em apreço, não podendo ser incluída nos autos tão somente por compartilhar o mesmo poste. Repita-se: o fio que provocou o acidente era de telefonia e não de energia elétrica.

Enfatiza ter havido violações a dispositivos legais relacionados à produção de provas e à denúncia à lide.

É o relatório. DECIDO.

2. As matérias referentes aos artigos 125 do CPC de 2015; 393 do CC; 6º, 10, 12, § 3º, inciso III e 14, § 3º, inciso II e 22, do CDC, não foram objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmula 282/STF).

Ressalto que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. No mais, ao reconhecer a legitimidade, presença de nexo causal e responsabilidade da ora agravante, o Tribunal de origem assim consignou:

De plano, quanto à ilegitimidade passiva alegada pela segunda ré, CELG S/A, sob o argumento de que o cabeamento que provocou o acidente não seria de sua responsabilidade, convém pontuar que a legitimação para agir é a capacidade de estar em juízo na condição de autor ou réu de determinado conflito, traduzindo-se na relevância que o resultado da demanda possa causar na esfera de direitos das partes envolvidas, e deve ser aferida in status assertionis, isto é, sob o prisma da abstração.

A rigor, a legitimidade, enquanto requisito de admissibilidade do processo, é identificada pela constatação da pertinência entre as pessoas relacionadas no plano material e os sujeitos parciais do processo, com base nos elementos da lide, ou seja, à luz da situação afirmada na petição inicial, relacionando-se com o próprio direito de ação, autônomo e abstrato.

Neste particular, infere-se que a causa de pedir está, essencialmente, ligada ao acidente ocorrido entre veículo de propriedade do autor e cabeamento telefônico instalado em estrutura compartilhada entre as concessionárias de energia elétrica e de telefonia, evidenciada, pois, a pertinência subjetiva das partes rés com a relação jurídica material afirmada pelo autor, impondo-se, pois, rechaçar a prefaciá sustentada.

[...].

Neste particular, cumpre ressaltar que o suporte instrutório colacionado aos autos comprova, de forma inequívoca, o acidente envolvendo o caminhão de propriedade do autor e o cabeamento telefônico instalado na rede elétrica mantida pela segunda ré através do boletim de ocorrência, dos registros fotográficos, assim como pela prova testemunhal colhida.

Noutro lado, também se infere que o veículo, embora modificado, encontrava-se em conformidade com as normas técnicas de trânsito, havendo certificação nos autos, assinada por engenheiro mecânico, registrado no conselho profissional respectivo, que sua altura máxima era de 42000 mm (mov. 03 - doc. 003), informação não impugnada de forma concreta e idônea pelas empresas demandadas em suas respectivas

respostas e nem mesmo durante a instrução processual.

Portanto, a colisão do veículo com cabeamento telefônico instalado na estrutura da rede elétrica; o incêndio daquele e de sua carga, assim como a regularidade das metragens do caminhão restaram incontroversos, cumprindo o demandante/apelado seu dever de comprovar os fatos constitutivos do direito à reparação pleiteado (art. 373, inciso I, do CPC/15).

Por sua vez, vê-se que as concessionárias ré/apelantes não se desincumbiram do ônus probatório que lhes recaia, nos termos do art. 373, II, do CPC/15, não logrando êxito em comprovar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo da pretensão exposta, a exemplo da adequada instalação e/ou manutenção da rede de telefonia e elétrica.

É de se ressaltar, a propósito, que o boletim de ocorrência atesta que o veículo chocou-se, inicialmente, com os fios de telefonia existentes no local, os quais estavam a 4,10 m de altura em relação ao solo, em seu ponto mais baixo, impondo-se destacar que a circunstância de existirem também cabos de energia no local não infirma a responsabilidade reconhecida em desfavor da primeira ré (oi s/a), especialmente diante da responsabilidade solidária imposta pelos termos da resolução conjunta 01, de 24 de novembro de 1999 que dispõe:

[...].

Outrossim, acerca do suposto desnível da via urbana providenciado pela municipalidade de Silvânia para servir de barreira para escoamento das águas da chuva, vê-se que não houve produção de prova pertinente a demonstrar que existia tal elevação no exato local da colisão, bem como seria necessária a comprovação de que os referidos obstáculos, acaso existentes, tivessem sido construídos após a instalação do cabeamento, o que também não se vislumbra nos autos. Tem-se, assim, que, a par dos questionamentos apresentados acerca da ausência de dados técnicos que informem a distância exata dos cabos em relação ao solo no momento anterior ao acidente, o conjunto probatório colacionado é harmônico e permite inferir: (I) a regularidade da altura do veículo de carga com as normas técnicas de trânsito, consoante documento de inspeção veicular; (II) a ocorrência de falha na prestação dos serviços prestados pelas concessionárias quanto ao dever de zelo e manutenção da infraestrutura correlata às suas atividades - especialmente a altura do respectivo cabeamento -, os prejuízos materiais suportados pelo autor e o respectivo nexo de causalidade.

[...].

3.1. Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

3.2. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de

acolher as alegações da parte agravante, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do Resp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator